

# REGISTRO

2017

12/JUL

Nº 308

CUT

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG

## NEGOCIAÇÕES COM A COPASA CONTINUAM NA QUINTA, DIA 13

Sindicato pressiona para uma negociação com diálogo mais aberto, cobrando os compromissos assumidos com os trabalhadores pela empresa. Nas assembleias a categoria aprovou o “ESTADO DE GREVE”.



**D**esde que as direções do SINDAGUA, Senge e Saemg rejeitaram na mesa a primeira proposta da Copasa para Acordo Coletivo, decisão reiterada pelos trabalhadores em assembleias realizadas em todo o Estado, o Sindicato foi com caminhão de som para a portaria da empresa, mobilizou todas as lideranças e oficializou um posicionamento de repúdio à ridícula proposição de apenas reajustar os salários em

3,99%, sem considerar nenhum outro ponto de nossa “Pauta de Reivindicações”.

Diretores do SINDÁGUA se reuniram com o diretor de Gestão Corporativa, Francisco Cançado, na última semana, e nesta segunda-feira, 10, fomos recebidos pela presidenta da empresa Sinara Meireles, que confirmou a retomada das negociações em reunião que acontecerá na próxima quinta-feira, dia 13.

**QUEREMOS RESPEITO E PCCS JÁ!**

# Sindicato cobra respostas represadas pela Copasa e urgência na implantação do Plano de Cargos



**A**companhado dos demais diretores liberados do Sindicato, o presidente José Maria dos Santos fez um relato das grandes dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, sacrificados com condições de trabalho precárias, sobrecargas de atividades pela falta de funcionários, obrigando-os à multifunção, levando a uma grande ansiedade pela demora da definição e implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS). O presidente do SINDAGUA voltou a criticar a postura da empresa de ter apresentado uma proposta de apenas o INPC acumulado no reajuste de salários, sem discutir os demais pontos da “Pauta de Reivindicações”, muitos deles que nem significam impacto financeiro, citando, por exemplo o pedido de flexibilidade no horário. Voltou a identificar para a empresa a grande demanda dos trabalhadores em todo o Estado pelo fim da política de porte nos salários, que engessa a própria administração da empresa, com uma política de salários diferenciados para a mesma função, representando uma quebra de isonomia e não permitindo que um trabalhador tenha a transferência para outros postos de trabalho. Cobrou também que a Copasa forneça para conhecimento do sindicato e dos trabalhadores de todo o escopo do PCCS, desde o reenquadramento de funções até a tabela salarial com o reajuste aguardado pela categoria, para um posicionamento da entidade.

José Maria manifestou também à presidenta da Copasa preocupação quanto à informação de criação de agência de atendimento virtual, lembrando que hoje as agências estão congestionadas, com poucos funcionários, prejudicando o encaminhamento de reclamações dos consumidores. Sinara informou que a criação

da agência virtual é uma exigência da Arsae, mas que nenhuma agência física corre risco de fechamento, como também não existe qualquer ameaça sobre os trabalhadores nestas agências.

Também a diretora administrativa do Sindicato, Jeane Kátia, apresentou à presidenta da empresa um rol de reivindicações do conjunto de mulheres, destacando-se a solicitação de equiparar o valor do auxílio creche e estendê-lo até a idade de 12 anos, ampliar as horas de abono para acompanhar filhos menores em atendimento médico – hoje limitado em 8 horas semestrais, e maior acesso feminino na promoção de cargos, estabelecendo um regime de cotas.

Após confirmar o retorno das negociações na quinta-feira, a presidenta da Copasa desfiou uma série de dificuldades encontradas pela empresa, desde uma situação financeira próxima da “insolvência” deixada pela gestão tucana, um passivo relativo aos contratos de concessões com os municípios, ajustamento de recomposição tarifária, melhor compreensão e relacionamento com a agência reguladora (Arsae) e até mesmo problemas resultantes do gerenciamento da Copanor, que vem tendo sua administração “internalizada”.

Sinara lembrou também o trabalho interno para se adaptar à Lei 13.303, que define uma série de mudanças para as empresas estatais, além de um empenho grande para seguir a linha definida pelo governador Fernando Pimentel contra a tentativa de privatização da empresa desenvolvida pelo governo federal.

Toda a diretoria plena do SINDAGUA estará reunida em Belo Horizonte quinta-feira, 13, para o processo de negociação com a empresa, além de técnicos do Dieese.